

ERROR 404¹Janaína Regina Silveira Marcelino Francisco²

Helena despertou com o alerta: “Índice de confiabilidade moral: 58%.”

O quarto exalava um silêncio metálico. A luz do teto acendeu sozinha, o sistema informou data, horário e clima. No closet, a roupa já estava escolhida e no banheiro, o espelho projetou o aviso diário completo: “Índice de confiabilidade moral: 58%. Comportamento ambíguo detectado: ironia em comunicação pública.” A frase apareceu fria, objetiva. Uma sentença administrativa travestida de informação. Helena passou o dedo sobre o vidro, tentando apagar a mensagem, mas o reflexo devolveu apenas a si mesma — cansada, trinta e oito anos, olhos que já haviam acreditado demais.

Enquanto o café era preparado pela máquina, o rádio inteligente anunciou:

— O sistema InJusticeNet alcançou hoje 99% de prevenção criminal. A paz é fruto da transparência.

Helena sorriu sem humor. Havia feito parte da comissão que concebeu o sistema — antes chamado Justiça na Rede, até que um certo grupo de consultores sugeriu traduzir para o inglês para dar ares de uma irmandade que nunca existiu. Redigiu relatórios, discutiu protocolos éticos, desenhou as primeiras diretrizes de integração entre os bancos de dados judiciais e os algoritmos de previsão comportamental. Lembrava-se do entusiasmo coletivo, das madrugadas passadas na sede do Conselho de Justiça Digital, quando ainda acreditava que estava ajudando a criar um mundo mais justo. O locutor era uma voz sintética, criada para soar neutra: sem gênero, sem emoção. O tom remetia às primeiras audiências virtuais que ela ajudou a projetar. Recordava-se bem do discurso de inauguração, transmitido para todo o país: “A justiça será, enfim, imparcial, porque será matemática.” Agora percebia o equívoco: a equação não suportava a alma humana. Tomou o café devagar. O sabor era o mesmo, mas faltava algo. Talvez o erro humano no preparo — aquele toque imperfeito que fazia o mundo parecer real.

No trabalho, o sistema recusou seu login. A mensagem surgiu na tela: “Acesso suspenso até regularização do índice.” Tentou recorrer. Acessou o portal da Ouvidoria Digital e encontrou apenas um aviso: “A revisão humana foi considerada tendenciosa. Toda apelação é autocontradição.” Frases com aparência de lei, mas vazias de sentido. Helena, ex-advogada especialista em direitos humanos, sentiu o corpo gelar. O devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa — tudo reduzido a memória de dicionário.

Ela procurou o manual de conduta: para elevar o índice moral acima de 60%, deveria “demonstrar alinhamento discursivo com os valores de estabilidade social”. Não havia como apelar.

1 Justificativa: O conto *Error 404* explora, de maneira literária e simbólica, as tensões contemporâneas entre subjetividade humana, hiperconectividade e estruturas jurídicas que buscam acompanhar um mundo marcado pela digitalização das relações sociais. A narrativa articula elementos subjetivos — como a fragmentação da identidade, a angústia diante da automatização da vida cotidiana e o conflito entre memória e esquecimento — com elementos objetivos presentes no cenário jurídico atual, especialmente no que se refere à proteção de dados, responsabilidade algorítmica e limites éticos da tecnologia.

Ao retratar um indivíduo que se vê reduzido a códigos, rastros digitais e padrões comportamentais interpretados por sistemas automáticos, o conto dialoga diretamente com debates jurídicos sobre autodeterminação informativa, privacidade e dignidade humana. A obra propõe uma reflexão crítica sobre como a lógica técnica, ao mesmo tempo que promete eficiência, pode gerar apagamentos simbólicos, despersonalização e vulnerabilidades jurídicas pouco visíveis.

Assim, *Error 404* contribui para o campo jurídico ao apresentar, em forma ficcional, o impacto subjetivo das normas, políticas e tecnologias que regulam a vida digital. Através da linguagem literária, evidencia nuances que nem sempre são captadas pelos discursos estritamente normativos, reforçando a importância da interdisciplinaridade entre Direito, Literatura e Filosofia para compreender fenômenos sociais emergentes.

2 Aluna da 3ª fase do curso de graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8255582387168435> . Email: janainarmf@gmail.com



Nem a quem. O sistema era completo — e mudo. Enquanto lia, recebeu outra notificação: “Bloqueio de transporte: o índice atual não permite acesso ao metrô.” O ar no escritório pareceu rarefeito. Na tela, uma última linha piscou: “A confiança é o oxigênio da ordem.” Helena desligou o monitor. Pela janela, via a cidade limpa demais, silenciosa demais, obediente demais. Uma paz que não respirava.

No fim da tarde, uma mensagem cifrada chegou por e-mail: “Ainda acredita na lei? — R.” Reconheceu o remetente: Raul, colega de faculdade e do projeto Justiça na Rede, com quem discutia ética e política nos tempos em que acreditar era natural. Aceitou o convite para encontrá-lo em um café sem registro — um dos poucos lugares ainda tolerados pela rede.

Raul parecia envelhecido. Olhos rápidos, voz contida.

— O sistema não busca justiça, Helena. Busca previsibilidade.

Ela sorriu, amarga.

— A previsibilidade é a morte do acaso.

— E sem acaso, não há liberdade.

Ele lhe mostrou um pequeno chip, envolto em fita metálica.

— Microdispositivo de interferência. Cria zonas cegas, por segundos. Serve para conversar sem sermos ouvidos.

— É ilegal.

— Tudo o que ainda é humano, é.

A conversa durou pouco. Raul falou sobre um grupo chamado Error 404, pessoas que viviam fora da rede, em refúgios não rastreáveis. Antes de se despedirem, ele tocou o braço dela e disse:

— O que construímos virou cárcere. Você ainda pode sair.

Dois dias depois, o perfil de Raul sumiu das redes. Nenhum registro, nenhuma lembrança digital. Helena percebeu que, naquele sistema, o esquecimento não era um acaso, era uma punição.

Naquela noite, o assistente virtual acendeu sozinho.

— Boa noite, cidadã Helena Silva. Precisamos calibrar seu comportamento. A estabilidade social depende de você.

A voz não era masculina nem feminina — apenas uma presença artificial.

As perguntas começaram simples: “Você confia nas instituições?” “Você acredita que a lei deve mudar conforme a moral ou permanecer imutável?” “Você acha que sentimentos interferem na justiça?” Helena respondeu com cuidado, mas o tom da voz a traiu. O sistema interpretou a hesitação como contradição: “Índice de confiabilidade moral: 52%.” O ar congelou. A cada palavra, percebia-se mais observada, menos viva. O Poder não precisava mais punir — bastava observar até que a alma se disciplinasse sozinha.

Deitou-se sem sono. Do lado da cama, o caderno físico — seu objeto mais proibido — aguardava. Abriu-o e escreveu à mão: “Pensei que justiça fosse equilíbrio.

Agora entendo que é movimento e o movimento foi substituído por cálculo.” A tinta manchou a página. Era um erro e, por isso mesmo, uma forma de resistência.

Dias depois, Helena recebeu outra mensagem cifrada: “Zona livre. Última estação. Meia-

-noite.” Reconheceu o tom: Raul ou alguém do grupo dele. Saiu do apartamento sem autorização. O sistema alertou: “Deslocamento irregular. Penalidade prevista: rebaixamento definitivo.” Ignorou. Andou pelas ruas vazias e esterilizadas, iluminadas por drones. As janelas dos prédios piscavam com luzes idênticas em meio à arquitetura milimetricamente aprovada pelo Conselho de Políticas Estéticas. A cidade parecia respirar por sensores. Nada acontecia sem ser registrado. Na estação desativada, encontrou três pessoas. Roupas escuras, rostos descaracterizados. Uma mulher falou primeiro:

- Para ser livre, é preciso sumir.
- Sumir para onde? — perguntou Helena.
- Para fora da memória.

Explicaram, novamente, que os integrantes do Error 404 viviam desconectados, em territórios ainda não mapeados. Mas havia um preço: apagar todos os registros digitais — inclusive as memórias armazenadas na nuvem, fotos, textos, correspondências, histórico de vida.

Helena hesitou. — Sem passado, o que sobra de nós?

A mulher respondeu:

- O presente. E o silêncio.

A fronteira entre os dois mundos era uma linha enferrujada de trilhos. De um lado, a cidade luminosa e previsível. Do outro, o escuro absoluto. Os sensores ainda funcionavam, mas Raul deixou instruções para desativá-los por alguns segundos. Ela precisava decidir.

Lembrou-se do espelho, do índice, das perguntas neutras. Recordou as aulas de Filosofia — quando ainda eram autorizadas: “agir segundo a própria razão é o fundamento da liberdade.” Mas que razão resta quando todo pensamento é medido? Fechou os olhos.

A mulher ao lado dela disse baixinho:

- Lá fora, seremos livres.
- Ou inexistentes.
- Talvez seja a mesma coisa.

Helena deu um passo. O chão rangeu. A sensação de vertigem foi imediata — como se o corpo atravessasse um limite invisível entre ser e não ser. Por um instante, tudo escureceu. O sistema InJusticeNet tentou rastrear seu rosto. Os algoritmos trabalharam em silêncio, procurando o padrão facial, o registro de voz, o histórico de localização. Os dados retornaram: “indeterminados.” O espelho do apartamento apagou a notificação. O assistente virtual repetiu, em voz calma: “Cidadã Helena Silva não consta em nossos registros.” O nome dela se dissolveu das listas, dos arquivos, dos relatórios.

A cidade seguiu funcionando, perfeita em sua ordem. O rádio anunciou no dia seguinte: “O índice global de estabilidade moral atingiu 100%. A humanidade alcançou a harmonia plena.” Mas algo falhou. Um ruído breve, imperceptível para a maioria, atravessou as redes. Uma instabilidade de transmissão, segundo os engenheiros. Na realidade, era um resíduo: a assinatura digital de uma mulher que, antes de desaparecer, escrevera à mão — com tinta e papel — uma única frase: “A liberdade começa quando deixamos de ser legíveis.” O ruído se espalhou como uma semente. Pequenas falhas começaram a surgir nas transmissões, nos cálculos, nas medições de conduta. E, em algum ponto invisível, talvez no espaço entre dois algoritmos, o nome “Helena” brilhou por um instante — como um sol oculto sob a rede. Foi o primeiro erro do sistema?!

Na madrugada, um drone sobrevoando a cidade, capta um sinal fraco vindo da antiga es-



tação de trem. Um som analógico, impossível de traduzir. Na gravação, há apenas o ruído de uma página sendo virada — e o eco de uma voz feminina, quase inaudível, repetindo: “Eu sou.” O arquivo é classificado como erro. E o erro, no novo mundo, é o nome secreto da liberdade.